

O Estado de S. Paulo: um expoente da imprensa conservadora (1889 – 1929)

JOSÉ RENATO LATTANZI*

FERNANDO ANTÔNIO FARIA†

Apesar do atrelamento quase natural dos termos democracia e liberalismo na modernidade, Norberto Bobbio demonstra que esses conceitos apresentam, em geral, uma relação complexa e não-linear. Na sua definição, “um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras” (BOBBIO, 1988, p. 8).

Grosso modo, o pensamento liberal estaria menos preocupado com a ampliação da participação política na sociedade do que com o atendimento das expectativas dos setores dominantes. Transportando essa questão para a América Latina, Richard Morse esclarece:

Na Ibero-América, o liberalismo e a democracia não interagiram diretamente, sendo assimilados de forma independente, e em verdade intermitente, a uma cultura política que ambos podiam afetar, mas nenhum podia suplantar. Se na Anglo-América a coexistência de ambos levou adiante a antiga dialética de liberdade-ordem, na Ibero-América eles foram integrados à dialética ainda mais antiga entre cálculo do poder e bem comum, entre política como arte ou ciência e o Estado como incorporativo ou tutelar. (MORSE, 1988, p. 89).

Dessa forma, a ideologia liberal teria sido assimilada pela cultura latino-americana a partir de modelos repressivos e excludentes. O que permite concluir que esse modo de apropriação dispensaria uma conexão mais rígida com os princípios definidos pelo modelo democrático original. E, no que se refere ao caso brasileiro, a utilização de princípios liberais como justificativa para a perpetuação das relações de poder em vigor desde o período colonial.

Maria Helena Capelato rejeita a tese de Roberto Schwarz de que as ideias liberais, por serem importadas, estariam deslocadas da realidade brasileira (SCHWARZ,

* Doutorando em História Social, UERJ.

† Doutor em História, UFF/UERJ.

1972). Pesquisando a ideologia liberal veiculada pelos jornais paulistas, Capelato baseia-se “no princípio de que as ideias são parte do todo social e se constituem geneticamente com ele. Elas se engendram no interior do processo histórico e são constitutivas dele” (CAPELATO, 1989, p.17). Ou seja, mesmo importada, essa ideologia veio atender expectativas já presentes na sociedade, assegurando a perpetuação de um modelo de dominação que se pretendia hegemônico.

O presente texto pretende avaliar o engajamento de parte da imprensa no projeto republicano brasileiro, destacando a formação do jornalismo de perfil empresarial durante a Primeira República. O objetivo é demonstrar como essa imprensa, declaradamente liberal, investia em um discurso de valorização da segurança institucional como justificativa para o estabelecimento de limites à participação popular, mesclando liberalismo e conservadorismo num projeto de sociedade. Para tanto, será alvo de análise o jornal *A Província de São Paulo* - que, com o advento da república, adota o título *O Estado de S. Paulo* -, legítimo representante do jornalismo empenhado em civilizar o Brasil através da mudança de regime político.

Fundado em 1875 por Américo Brasiliense de Almeida e Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales, esse jornal assumiu desde o princípio o compromisso com os interesses da elite agrária, combatendo o centralismo político e administrativo estabelecido pelo Poder Moderador durante o Império. Em 1888, passou a ser dirigido por Júlio de Mesquita e Rangel Pestana. Durante a Primeira República, transitou entre oposição e situação, manifestando independência em relação ao poder constituído (LEAL, C. E. e SAUL, V., 2001, pp 2027/9).

Apesar de nascido sob a bandeira republicana, esse diário caracterizou-se por uma independência programática que, em tese, o afastaria de qualquer compromisso com órgãos de governo ou estruturas político-partidárias. Tanto assim que, ainda no Segundo Reinado, buscava afirmar:

Desde que não nos constituímos órgão de partido, não estamos forçados a medir a esfera de nossa atividade intelectual pelo círculo concêntrico da responsabilidade dos chefes que se aumenta à proporção que aquele se alarga. Temos mais liberdade na manifestação de intuítos políticos e na discussão dos alvitres conducentes à vitória da república. (A Província de São Paulo, São Paulo, 06/06/1889, 1ª p.)

Essa propalada independência editorial se coadunava com a perspectiva liberal de uma imprensa desvinculada de compromissos, pronta a distribuir suas críticas com isenção. No entanto, o ativismo em favor da mudança de regime não incluía a contestação das estruturas sociais. Isso fica evidente na forma como esse jornal – e boa parte da imprensa – tratou a queda da monarquia. Conciliando as expectativas pelos novos tempos com a preocupação em que fosse preservada a paz social, *A Província de São Paulo* destacou:

Nunca uma república foi proclamada com tanto brilhantismo e em tanta paz. [...] Para explicarmos este brilhante resultado, só temos um frase que sintetiza o movimento todo, e, ao mesmo tempo, exprime o nosso eterno agradecimento: Honra ao Exército Brasileiro, que acaba de completar a sua ação benéfica, iniciada em 1831, mostrando o caminho do exílio a um tirano! (A Província de São Paulo, São Paulo, 16/11/1889, p. 2)

Inadvertidamente, ficam aí evidentes as características de um movimento orientado e decidido acima das classes populares. Ainda assim, o jornal assegurava que a população estava comemorando a queda da monarquia, em meio a um “delírio indescritível; nem uma oposição, nem uma sombra de tristeza, o contentamento foi geral”. O chamamento pela preservação da ordem surgia ao final da notícia: “Povo! O primeiro dever do republicano neste momento é ser calmo, previdente, justo, tolerante, para ser enérgico na organização! A República significa a paz, o progresso, a civilização” (*A Província de São Paulo*, São Paulo, 16/11/1889, p. 2).

Capelato define o ativismo dessa imprensa como contra-revolucionário e apegado à ideia de que o liberalismo absoluto nunca poderia ser alcançado. Dentro dessa lógica, a concessão de algumas liberdades fundamentais, feita de modo seguro, estaria mais de acordo com as características da sociedade brasileira. Em suas palavras, “nessa proposta de liberalismo parcimonioso, eu os coloco mais perto de Burke, Tocqueville e outros pensadores conservadores. Porque os liberais que focalizo tinham, como eles, horror ao ‘reinado tirânico das massas’ e às revoluções” (CAPELATO, 1989, pp. 21/2).

Assim, é possível dizer que por trás da incorporação desse liberalismo havia um discurso produzido de modo coerente e racional. O que não evitava que a concessão da cidadania política se revestisse de salvaguardas tais que, no final das contas, limitavam

a atuação da maior parte da população ao mínimo indispensável para garantir a credibilidade do processo de renovação política.

Tal preocupação com a segurança da sociedade está diretamente relacionada com a conservação de estruturas sociais, o que revela com nitidez os aspectos formadores envolvidos nessa cultura política em gestação. Mannheim diz que cada cultura se ajusta ao processo histórico de acordo com as características que a definem, resultando daí um modelo adaptativo próximo da tradição que o conformou (MANNHEIM, 1963, pp. 88/9).

O sociólogo apresenta o exemplo do projeto liberal na Europa, que teve seu ápice na Revolução Francesa e serviu de justificativa, na Alemanha, para o maior cerceamento das forças populares. Essa seria uma forma de entender o projeto conservador como reação a propostas reformistas que escapam do controle.

Ainda que esse autor não trate da incorporação do ideário liberal no Brasil, suas reflexões ajudam a entender como essa ideologia foi reinterpretada pelo pensamento nacional, valendo-se de elementos da tradição para elaborar um discurso eivado de características conservadoras.

Gizlene Neder vê essa interação entre culturas políticas como resultado de um ajustamento aos interesses da classe de proprietários rurais e dos grupos a ela relacionados. Nesse panorama, o projeto de renovação do regime servia “aos interesses dos grupos urbanos, notadamente aqueles ligados ao setor de comercialização, que viam no liberalismo [...] vantagens concretas em termos de uma maior liberalização da política econômica brasileira” (NEDER, 1979, pp. 8/10).

Os últimos anos do século XIX marcam, portanto, o momento de transição entre uma economia agrária e outra de base urbana e industrial, no qual as classes dominantes se valem do modelo liberal para realizar o ajustamento da sociedade à nova conjuntura. Se esse liberalismo mantinha estruturas sociais onde a desigualdade era a regra, isso se devia, fundamentalmente, à perpetuação dos valores desses grupos, utilizando elementos tradicionais na conformação do pensamento conservador.

Integrada nesse projeto, a imprensa republicana se encarregava de difundir a noção de que o novo regime promoveria a modernização do país, civilizando-o de cima para baixo. Mesmo quando não é possível identificar uma relação direta de dependência

econômica entre os diários e o poder constituído, verifica-se uma sintonia ideológica na qual os jornais pretendem atuar como intérpretes dos anseios da sociedade.

Um exemplo dessa identificação é a análise feita, em 1904, por Paulo Rangel Pestana, filho de um dos antigos diretores de *O Estado de São Paulo*. Nesse texto, o papel do jornal é definido na forma de uma parceria bem-sucedida com a sociedade paulista:

Foi uma formidável alavanca de civilização. Possuem os paulistas milhares de quilômetros de vias férreas? Orgulham-se dos seus edifícios públicos e monumentos? A sua lavoura desenvolveu-se de modo pasmoso e as indústrias floresceram? A instrução atingiu alto grau de adiantamento? Pois para tudo isso concorreu esse jornal, criticando, reprovando, animando, divulgando (O Estado de São Paulo, São Paulo, 04.01.1904, 1ª p.).

Tais considerações demonstram não só uma atuação incisiva junto à administração pública, mas, também, o empenho pela afirmação de uma doutrina de cunho liberal. Ao enfatizar o caráter desenvolvimentista da atividade jornalística, o texto coloca em relevo os objetivos comuns dos grupos envolvidos com a promoção de uma economia de base capitalista. Por isso mesmo, cabia recordar que o jornal havia surgido como a “tradução fiel das tendências bem pronunciadas da província de São Paulo e mesmo desta nação, onde todos se confessam entusiastas da democracia e louvam-lhe os intuitos pacíficos e civilizadores” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04.01.1904, 1ª p.).

Voltando a Capelato, seu estudo assegura que a intenção dos reformadores liberais era levar o país à condição de grande potência econômica, o que “pressupunha a presença de uma classe trabalhadora e ordeira. Organizar o mercado de trabalho e solucionar a questão social eram, pois, metas prioritárias” (CAPELATO, 1989, p. 24).

A necessidade de atrelar os conceitos “trabalho” e “ordem” é uma questão de ordem ideológica que servia perfeitamente aos interesses dos detentores do poder. Mas, além disso, era uma ideologia que se coadunava com valores da própria sociedade, tais como a segurança individual e a ausência de conflitos.

Mannheim diferencia tradicionalismo e conservadorismo, caracterizando o apego à tradição como uma reação subjetiva às mudanças. O pensamento conservador

resulta de uma elaboração consciente que rejeita e atrasa as transformações sociais, se apropriando de argumentos tradicionais para atrair novos agentes. Estes assimilam, em novas bases, suas ideias e noções, conferindo ao conservadorismo um caráter de renovação permanente, ainda que sempre voltado para a preservação daquelas estruturas que formaram o pensamento (MANNHEIM, 1963, pp. 102/4).

Surge aí uma disputa entre o que seria um posicionamento racional, lastreado no conservadorismo, e a irracionalidade expressada pelos movimentos revolucionários. Na perspectiva de Mannheim, o pensamento conservador surge como resposta ao irracionalismo dos revoltosos, notadamente naquelas sociedades que enfrentam os problemas decorrentes da luta de classes. É no conflito entre os atores sociais que a tradição recorre ao conservadorismo para rejeitar as mudanças estruturais (MANNHEIM, 1963, p. 114).

No Brasil, diferentemente do que ocorreu na Europa, o racionalismo conservador antecipou-se como forma de prevenir qualquer contestação ao sistema vigente. A Primeira República prevaleceu sobre os raros focos regionais de resistência ao regime e, mesmo quando lidou com o ascendente movimento de trabalhadores urbanos, soube utilizar a opinião pública para desqualificar as reivindicações trabalhistas como ameaça à segurança da sociedade.

Isso fica evidente quando se trata da atuação de anarquistas e socialistas na formação dos primeiros sindicatos de trabalhadores no país. A perseguição que estes sofreram, assim como o progressivo empastelamento dos pequenos jornais que serviam à causa, demonstra o quanto a visão conservadora soube se impor na sociedade através do discurso em favor da segurança.

Esses informativos de sindicatos e associações de trabalhadores, de circulação restrita e vida efêmera, surgiram na virada para o século XX como forma de organizar o movimento trabalhista. Porém, serviam também para contrapor o pensamento quase hegemônico da grande imprensa liberal. Nelson Werneck Sodré diz que, ao divulgarem os movimentos grevistas, os pequenos jornais eram empastelados pela polícia. Da mesma forma, sofriam san es do poder constituído quando denunciavam o autoritarismo na expulsão de elementos estrangeiros envolvidos com o anarquismo (SODRÉ, 1963, pp. 306/14).

Esse autor destaca, ainda, a atuação da imprensa operária contra a posição conservadora dos grandes jornais na divulgação dos fatos relacionados à Revolução Russa, em 1917. A agitação política do período, aliada a novos movimentos grevistas, acirrou a repressão a esse modelo de jornalismo, restringindo o caráter artesanal aos jornais que atuavam no interior do país. Nos grandes centros, prevaleceram as empresas jornalísticas, o que reafirmou o papel por elas desenvolvido em favor do ideário liberal (SODRÉ, 1963, pp. 319/20).

Dessa forma, fica caracterizada uma grande imprensa que, ao atuar politicamente, o faz dentro dos limites estabelecidos pela lógica do regime. No entanto, cabe definir qual era a relação das empresas com o poder constituído.

Livres da perspectiva libertadora da república, os jornais vão assumindo características modernas, ganhando espaço para se manifestar de acordo com linhas editoriais distintas. Sodré diz que esse é o momento em que a imprensa política se vale de uma linguagem violentíssima. Refletindo uma perspectiva em voga, artigos e matérias procuravam personalizar as questões nacionais, investindo na moralização como solução para os problemas. Em suas palavras, “dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas” (SODRÉ, 1963, p. 331).

Temos, assim, uma imprensa que, mesmo na oposição, buscava apresentar-se dentro de uma visão conservadora de sociedade. O que está envolvido na sua forma de atuar é a capacidade de influir em favor da política exercida dentro de limites pré-estabelecidos, sem que isso signifique o alinhamento imediato com o poder público. Ou seja, a perfeita adequação ao que se esperaria de empresas jornalísticas inseridas no ideário liberal-democrático.

Em 1918, artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* levantou essas questões, colocando em perspectiva uma atuação idealizada do jornalismo. Segundo o texto, “numa sociedade que quer progredir – e trabalha energicamente para isso -, a imprensa constitui uma força moral, orientando seguramente os povos no caminho do bem, da justiça, do desenvolvimento coletivo” (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01.01.1918, p. 3).

Mais do que a preocupação com o progresso, o artigo revela o caráter formador do jornalismo, que, por suas características, deveria guiar a sociedade. No entanto, o foco está na seguinte denúncia:

No centro do país, no meio onde se elabora a consciência coletiva, na capital, a grande imprensa não constitui senão uma indústria parasitária, forçada a subordinar-se a estes ou aqueles interesses que a subsidiam e lhe possibilitam a existência, impossível de manter-se por outra forma, na precariedade das condições atuais, complicada com a exigüidade do número de leitores. No nosso país, a imprensa é assim o veículo de opiniões tendenciosas, é a contrafação da opinião nacional, é a falsificação da consciência coletiva, servindo para aumentar a confusão e a anarquia do espírito público (O Estado de S. Paulo, São Paulo, 01.01.1918, p. 3).

Logicamente, esse jornal não se incluía entre os alvos da crítica. O texto frisa que não se tratava de um desvio de ordem moral, mas do atendimento a necessidades financeiras de empresas incapazes de se manter por si próprias. Numa sociedade repleta de analfabetos, a autêntica atividade jornalística seria privilégio de um número reduzido de empresas que atraíam leitores suficientes para arcar com os custos de produção. As demais estariam sujeitas aos ditames dos governantes, desviando-se por completo dos princípios liberais.

Nelson Werneck Sodré corrobora esse pensamento, assegurando que, no alvorecer republicano, “essa compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se rotina” (SODRÉ, 1963, p. 277). Mas é preciso atentar para as exceções, o que parece ser a intenção do artigo. Tanto assim que, na mesma página, o diário reproduz declaração do comissário do Ministério do Comércio norte-americano, Roberts Barret, segundo o qual esse jornal era o de maior tiragem do Brasil e o terceiro da América do Sul. O que caracterizaria uma empresa jornalística com retorno financeiro expressivo o bastante para assegurar a independência de sua linha editorial (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01.01.1918, p. 3).

Esse é um dado fundamental para a análise. Posicionando-se como exceção no desvirtuado panorama jornalístico da Primeira República, o diário paulista se qualificava como elemento crítico acima da sociedade. Dessa forma, alcançava prestígio e credibilidade para se afirmar como poder moderador em meio a um panorama institucional marcado pelas disputas de grupos políticos.

Forma-se assim uma tradição na qual determinados órgãos de imprensa encontrarão respaldo para agir como fator de estabilidade institucional, prevenindo crises políticas e exigindo das demais instituições garantias para a preservação do regime. Sempre o fazendo de acordo com um modelo político conservador envolvido num discurso liberal-democrático.

Cabe ainda ressaltar que *O Estado de S. Paulo* foi objeto desse estudo principalmente devido à sua imagem de legítimo representante desse pensamento conservador. Tanto assim que, nos anos que se seguiram, publicações menos tradicionais recorreram aos seus textos para confirmar a validade de posturas mais aguerridas em relação ao poder constituído.

Na perspectiva de Mannheim, o conservador autêntico experimenta os acontecimentos a partir de circunstâncias e situações sociais ancoradas no passado, o que o leva a enxergar o novo como uma forma de ameaça (MANNHEIM, 1963, p. 129). Com o fim do primeiro período republicano, o diário paulista tornou-se um dos expoentes na luta pela preservação de valores que, na ótica do conservadorismo, estariam ameaçados por novas posturas políticas. O que, de modo coerente com as características do liberalismo brasileiro, redundou em um discurso voltado para a adaptação do conceito de democracia à lógica do pensamento conservador.

FONTES

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, junho, 1889 / outubro, 1929.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto, *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CAPELATO, Maria Helena, *Os arautos do liberalismo – Imprensa paulista – 1920 – 1945*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LEAL, C. E. e SAUL, V., *O Estado de S. Paulo*, in Abreu, A. A. et alli, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, CPDOC, 2001.

MANNHEIM, Karl, *Ensayos sobre sociología y psicología social*, México – Buenos Aires: Donde de Cultura Económica, 1963.

MORSE, Richard M., *O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEDER, Gizlene, *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

SCHWARZ, Roberto, *As ideias fora do lugar*, in *Estudos CEBRAP*, nº 3, São Paulo: Editora do CEBRAP, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil*, São Paulo: Martins Fontes, 1983.